

Condsef/Fenadsef realiza Encontro Nacional dos Servidores da Educação e da Cultura

O Sindsep/MA participou através dos diretores, Raimundo Pereira de Souza (Presidente) e Valter César Dias Figueiredo (secretaria de Comunicação), do Encontro Nacional dos Servidores da Educação e da Cultura da Condsef/Fenadsef.

O evento aconteceu no último dia 15 de maio, através da plataforma Zoom, e reuniu representantes dos estados do Amapá (AP), Bahia (BA), Ceará (CE), Distrito Federal (DF), Goiás (GO), Minas Gerais (MG), Mato Grosso (MT), Rio de Janeiro (RJ), Roraima (RO), Roraima (RR) e Santa Catarina (SC).

Durante a reunião foi discutida a conjuntura, os planos de luta e pauta de reivindicação e homologação da Coordenação Nacional do Departamento Setorial.

Ao final do Encontro, João Carlos Lima Martins (Secretaria de Administração, Patrimônio e Finanças), foi referendado como representante do Sindsep/MA, no Departamento de Educação e Cultura da Condsef/Fenadsef.



Também compõem o Departamento representando os seus estados: Flávia Hirom Takahashi (RO); José Olímpio (MT); Larissa Guimarães (RR); Michel Correia (DF); Ruth Vaz Costa (GO); e Vera Maiorka Sape (SC).

Senado derruba veto que impõe congelamento a servidores da linha de frente

Servidores que atuam na linha de frente do combate à Covid-19 tiveram uma vitória importante no Senado Federal nessa quarta-feira, 19. Por 42 votos a 30, senadores confirmaram a derubada do Veto 17/20, ligado à LC 173/20 que promove congelamento salarial imposto por Jair Bolsonaro e Paulo Guedes até dezembro de 2021.

O veto presidencial que impõe o congelamento também a servidores da linha de frente segue agora para a Câmara dos Deputados onde ainda precisa de pelo menos 257 votos. A sessão na Câmara que estava prevista para as 19 horas de hoje foi transferida para às 15h dessa quinta, 20.

A mobilização segue fundamental para buscar apoio pela derrubada desse veto. Portanto, acompanhem a transmissão da sessão na Câmara dos Deputados

e pressione os parlamentares usando as hashtags:

#DerrubemOVeto #LC173
 #RespeitoÀLinhaDeFrente
 #EmDefesaDaVida.

A Condsef/Fenadsef também segue acompanhando e pressionando para que o Congresso Nacional derrube o veto ao PL 1826/20 e que poderá assegurar compensação financeira a agentes de saúde ou de combate a epidemias que se tornarem incapacitados para o trabalho, ou ao cônjuge, companheiro ou dependentes e herdeiros em caso de óbito.

Oito alternativas

Vale lembrar que a Condsef/Fenadsef listou ao menos oito alternativas para a superação da crise econômica e sanitária que não envolvem a retirada de direitos de quem está na linha de frente do combate a essa pandemia.

- Revogação imediata da Emenda Constitucional 95/2016;
- Suspensão imediata do pagamento da dívida pública;
- Instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF);
- Criação da Contribuição Social sobre Altas Rendas de Pessoas Físicas (CSPF);
- Criação de alíquota adicional extraordinária temporária sobre lucro de instituições financeiras;
- Revogação da isenção de Imposto de Renda de pessoas físicas sobre lucros e dividendos distribuídos ou remetidos ao exterior;
- Investimento em assistência social já;
- Realização de concurso público para atendimento do alto contingente de cidadãos necessitados.

Fonte: Condsef



Votação do Fundeb no Senado será realizada nesta quinta (20), às 17h

A votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 26/2020 está marcada para esta quinta-feira (20) às 17h, no Senado. Esta é mais uma etapa da luta pela aprovação do texto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que torna o fundo permanente e com mais recursos da União, como foi aprovado na Câmara dos Deputados.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) pede aos senadores que essa PEC seja aprovada integralmente sem qualquer tipo de destaque.

No entanto, o senador Carlos Viana (PSD-MG) apresentou uma emenda para que os

recursos do Novo Fundeb e do salário-educação sejam usados para pagamentos de aposentados e pensões.

O Superior Tribunal Federal (STF) já declarou inconstitucionalidade da destinação dos recursos da educação pública para pagamento de inativos (Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 579).

Outro senador, Lasier Martins (Podemos/RS), também apresentou emenda que abre brechas para que os recursos públicos possam ser destinados para instituições privadas, o que descaracteriza o propósito do fundo, voltado pra educação pública. Por tudo isso, a CNTE está reforçando, na mobilização, para que os senadores retirem os destaques.

As emendas alteram o texto aprovado pelos deputados e, se forem aprovadas, a PEC tem de voltar para votação na Câmara.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), Heleno Araújo, os senadores estão manobrando para atrasar a utilização dos recursos e, mais do que nunca, a mobilização tem de ser maior do que a que foi feita sobre os deputados.

Ao longo do dia todos podem pressionar senadores/as pelo site Na Pressão: <https://napressao.org.br/campanha/votafundeb> e pelo site Defenda o Fundeb: <https://defendaofundeb.com.br>.

Fonte: CUT

SENADORES E DEPUTADOS FEDERAIS

#DERRUBEMOVETOPRESIDENCIAL

NÃO AO CONGELAMENTO
DE SALÁRIOS
DOS SERVIDORES
DA LINHA DE FRENTE